



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000299183

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2083871-20.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante HELENA CESALTINA LIMA PANDA, é agravada COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO COMGÁS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MARCO FÁBIO MORSELLO (Presidente sem voto), WALTER FONSECA E RENATO RANGEL DESINANO.

São Paulo, 27 de março de 2025.

JOSÉ WILSON GONÇALVES

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento n. 2083871-20.2025.8.26.0000

Agravante: Helena Cesaltina Lima Panda

Agravados: Companhia de Gás de São Paulo Comgás

Origem: 22ª Vara Cível da Comarca de São Paulo

Juíza: Gina Fonseca Corrêa

Voto n. 4.637

GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Decisão que a indefere à autora. Insurgência. Desacolhimento. A presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência restou superada. Documentação não apresentada em primeiro grau. **Recurso desprovido.**

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela autora *Helena Cesaltina Lima Panda*, em ação declaratória de inexigibilidade de débito ajuizada em face de *Companhia de Gás de São Paulo Comgás*, contra decisão a fls. 33-34 **que lhe indefere gratuidade de justiça.**

Pretende a agravante a reforma da decisão para que lhe seja concedida gratuidade, pois não há elementos nos autos que afastem a presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência. Sustenta não possuir condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de sua subsistência própria. Requer, ainda, efeito suspensivo.

É o relatório.

Passo a votar.

O agravo de instrumento é tempestivo, isento de preparo (art. 101, § 1º do CPC), cabível (art. 1.015, V do CPC), a agravante tem legitimidade, está caracterizado o interesse recursal e não se cogita de deficiência estrutural do recurso.

Dispensa-se a manifestação da parte agravada, dado que a proposição será pelo desprovimento do recurso, não se cogitando de prejuízo decorrente de sua

não participação no procedimento recursal.

Instada a comprovar sua hipossuficiência, nos termos do art. 99, § 2º, do CPC, a agravante não juntou qualquer documentação complementar. Nos autos, há apenas sua CTPS, que nada comprova, dado que a própria agravante afirma ser autônoma, e extratos bancários de apenas uma conta. Dessa forma, a decisão deve ser mantida, considerando que o juízo, de forma fundamentada, não se convenceu da hipossuficiência da agravante.

Desse modo, **NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso**, devendo a agravante pagar as custas recursais, intimando-se em primeiro grau, para pagamento no prazo de 15 dias.

JOSÉ WILSON GONÇALVES
RELATOR